

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro - (Em milhares de reais)

	2012	2011
Ativo		
Circulante	576.411	522.597
Disponibilidades	1.292	1.554
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	353.211	283.311
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	249.293
Aplicações no mercado aberto	353.211	34.018
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Notas 5 e 6)	85.124	92.456
Carteira própria	75.095	5.911
Vinculados à prestação de garantias	10.029	86.545
Outros créditos (Notas 7 e 8)	136.771	145.155
Rendas a receber	351	339
Negociação e intermediação de valores	132.118	139.724
Diversos	4.302	5.092
Outros valores e bens	13	121
Despesas antecipadas	13	121
Realizável a longo prazo	6.252	4.304
Outros créditos (Nota 8)	6.252	4.304
Diversos	6.252	4.304
Permanente	9	-
Imobilizado de uso	9	-
Total do ativo	582.672	526.901

	2012	2011
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante	179.361	190.740
Outras obrigações (notas 7, 8 e 9)	179.361	190.740
Fiscais e previdenciárias	35.514	35.631
Negociação e intermediação de valores	132.116	140.789
Diversas	11.731	14.320
Exigível a longo prazo	8.296	2.313
Outras obrigações (notas 8 e 9)	8.296	2.313
Fiscais e previdenciárias	1.614	1.513
Diversas	6.682	800
Patrimônio líquido (nota 12)	395.015	333.848
Capital social	255.622	195.622
De domiciliados no país	255.622	195.622
Reservas de capital	561	561
Reservas de lucros	138.832	137.665
Total do passivo e patrimônio líquido	582.672	526.901

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros				Total
	Capital social	Atualização de títulos patrimoniais	Subvenções para investimento	Outras reservas	Legal	Estatutária	Lucros acumulados	
Em 31 de dezembro de 2010	165.622	-	561	-	19.502	87.835	-	273.520
Aumento de capital (Nota 12)	30.000	-	-	-	-	(30.000)	-	-
Distribuição de dividendos (Nota 12)	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	60.328	60.328
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	-	-	-	-	3.016	-	(3.016)	-
Reserva estatutária (Nota 12)	-	-	-	-	-	57.312	(57.312)	-
Em 31 de dezembro de 2011	195.622	-	561	-	22.518	115.147	-	333.848
Aumento de capital (Nota 12)	60.000	-	-	-	-	(60.000)	-	-
Reconhecimento do plano baseado em ações (Nota 13 (b))	-	-	-	3.309	-	-	-	3.309
Repagamento do plano baseado em ações (Nota 13 (b))	-	-	-	(3.309)	-	-	-	(3.309)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	61.167	61.167
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	-	-	-	-	3.058	-	(3.058)	-
Reserva estatutária (Nota 12)	-	-	-	-	-	58.109	(58.109)	-
Em 31 de dezembro de 2012	255.622	-	561	-	25.576	113.256	-	395.015
Em 30 de junho de 2012	255.622	-	561	-	24.135	55.147	30.719	366.184
Reconhecimento do plano baseado em ações (Nota 13 (b))	-	-	-	3.309	-	-	-	3.309
Repagamento do plano baseado em ações (Nota 13 (b))	-	-	-	(3.309)	-	-	-	(3.309)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	28.831	28.831
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	-	-	-	-	1.441	-	(1.441)	-
Reserva estatutária (Nota 12)	-	-	-	-	-	58.109	(58.109)	-
Em 31 de dezembro de 2012	255.622	-	561	-	25.576	113.256	-	395.015

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011

(Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma))

1. Contexto operacional - A J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. é uma controlada do Banco J.P. Morgan S.A. e suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Consequentemente, certas operações têm a co-participação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. foram aprovadas pela Administração em 27 de fevereiro de 2012. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis** - As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e Conselho Monetário Nacional - CMN. Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da instituição incluem, portanto, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. **3. Principais práticas contábeis - (a) Apuração do resultado:** É apurado pelo regime de competência.

(b) Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no balanço patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos públicos federais são utilizados os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. **(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo:** Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. **(d) Passivos circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. **(e) Permanente:** É demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil-econômica dos bens, 10%. **(f) Passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta-Circular nº 3.429 do BACEN. **(i) Passivos contingentes** - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária e cível e outros riscos. A administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. **(ii) Obrigações legais** - os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos. **(g) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão do Imposto de Renda (IR) corrente foi calculada à alíquota de 25% e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15% a partir de maio de 2008, conforme art. 17 da Lei nº 11.727/08. A entidade fez a opção pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT), instituído pelo art. 15 da MP nº 449/08, convertida em Lei nº 11.941/09. De acordo com essa Lei, as modificações nos critérios contábeis para apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos arts. 36 e 37 da referida MP, não tem efeitos para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL da pessoa jurídica optante pelo RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Os créditos tributários referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IR e da CSLL, sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2012, foram aplicadas as alíquotas de 25% e 15% sobre o total dos ajustes temporários, para obtenção do saldo de crédito tributário de IR e CSLL, respectivamente. **(h) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, demonstrados no fluxo de caixa, incluem, quando aplicável, dinheiro em caixa e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento não superior a 90 dias. **(i) Unidade de ações restritas:** Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). A instituição registra as despesas do exercício com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC10 - Pagamento baseado em ações, aprovado pelo BACEN em 30 de junho de 2011, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, a instituição registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse Passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez - As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se às aplicações em operações compromissadas - posição bancada realizada com empresa do grupo no valor de R\$ 353.211 (2011 - R\$ 34.018). Em 2011 haviam aplicações em certificados de depósitos interfinanceiros também realizadas com empresas do grupo no valor de R\$ 249.293 com vencimento até março de 2012.

5. Títulos e valores mobiliários

(a) Classificação e composição da carteira

	Ganhos não realizados		Valor de mercado 2012	Valor de mercado 2011
	Valor de custo	Valor de não realizados		
Títulos para negociação	85.117	7	85.124	92.456
Carteira própria	75.088	7	75.095	5.911
• LFT	75.088	7	75.095	5.907
• Ações	-	-	-	4
Vinculados à prestação de garantias ...	10.029	-	10.029	86.545
• LFT	10.029	-	10.029	86.545
Total da carteira de TVM	85.117	7	85.124	92.456

(b) Composição por prazos de vencimentos

	2012		2011		Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	
Carteira própria	-	36.649	38.446	-	75.095
Vinculados à prestação de garantias	-	5.133	4.896	-	10.029
Total da carteira-2012 ..	-	41.782	43.342	-	85.124
Total da carteira-2011 ..	4	778	16.260	8.676	66.738

6. Instrumentos financeiros derivativos - As operações com instrumentos financeiros derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores, ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos ou, ainda, compromissos para trocar pagamentos futuros de juros. O Grupo J.P. Morgan possui área de administração de riscos independente das áreas de negócios. O objetivo dessa área é o gerenciamento de risco através de políticas internas, determinação de limites de operações e acompanhamento de posição das entidades do Grupo. O "VaR - Value at Risk" e os cálculos de "stress" são ferramentas adotadas pelo Grupo na administração dos riscos das posições. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a instituição não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

7. Negociação e intermediação de valores

	2012		2011	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixas de registro e liquidação	21.346	192	-	45.793
Devedores/credores - conta liquidação pendentes	110.772	131.924	139.724	94.996
Total	132.118	132.116	139.724	140.789

A conta "Caixa de registro e liquidação" representa o total a receber/pagar às Bolsas de Valores, correspondentes às operações de compra/venda de ações por conta de clientes. Em "Devedores/credores - Conta liquidação pendentes" estão registrados os valores a receber/pagar de clientes, correspondentes a ordens de compra/venda de ações. **8. Outros créditos e outras obrigações** - "Outros créditos - diversos" estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia no montante de R\$ 3.826 (2011 - R\$ 3.650) e créditos tributários de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 6.568 (2011 - R\$ 5.596). "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias", referem-se, principalmente, a provisão para impostos e contribuições sobre lucros a pagar no valor de R\$ 34.219 (2011 - R\$ 34.037) e provisões para contingências relativas a questionamentos judiciais no montante de R\$ 1.614 (2011 - R\$ 1.523). As parcelas depositadas judicialmente, quando aplicável, estão classificadas em "Outros créditos - diversos". "Outras obrigações - diversas" referem-se, principalmente, a provisão para despesas com pessoal no valor de R\$ 16.466 (2011 - R\$ 13.261), provisão para despesas administrativas no valor de R\$ 938 (2011 - R\$ 897) e provisão para outras ações judiciais no montante de R\$ 908 (2011 - R\$ 800). **9. Passivos contingentes e obrigações legais** - As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

a. Provisões constituídas

a.1. Composição dos saldos patrimoniais

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2012	2011	2012	2011
Fiscais e previdenciárias - obrigações legais e outros passivos contingentes	3.525	3.382	1.614	1.523
Trabalhistas	48	31	655	563
Outras - Taxa de fiscalização (Lei nº 7.940/89) ...	253	237	253	237
Total	3.826	3.650	2.522	2.313

a.2. Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e previdenciárias		Obrigações legais e outros passivos contingentes		Total em 2012	Total em 2011
	Trabalhistas	Outras	Trabalhistas	Outras		
Saldo inicial	1.513	563	237	237	2.313	2.353
Despesas financeiras	-	-	-	-	-	-
- juros	101	51	16	168	210	210
Constituição	-	41	-	41	-	-
Baixa contra	-	-	-	-	-	-
Dep. judiciais ...	-	-	-	-	(195)	(195)
Reversões	-	-	-	-	(55)	(55)
Saldo final	1.614	655	253	2.522	2.313	2.313

a.3. Fiscais e previdenciárias - obrigações legais e outros passivos contingentes: A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) Inconstitucionalidade da CSLL Lei nº 7.869/88, (ii) PIS EC 01/94 e EC 10/96. Por representarem obrigações legais, os montantes envolvidos estão integralmente provisionados. Adicionalmente, a provisão considera processos sobre questionamento de contribuições previdenciárias sobre contribuintes individuais. A Instituição também é parte em processos administrativos de natureza tributária, caracterizados como passivos contingentes, que envolvem a imposição de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS no valor de R\$ 36.323 (2011 - R\$ 34.216) sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F. Os advogados externos responsáveis pela condução dos casos classificam seu risco de perda como possível. **10. Receitas de prestação de serviços** - "Receitas de prestação de serviços" referem-se, principalmente, a rendas de corretagem sobre operações realizadas na BM&F Bovespa no valor de R\$ 81.034 (2011 - R\$ 76.534) e rendas de administração de fundos de investimento no valor de R\$ 22.174 (2011 - R\$ 19.604). **11. Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários** - A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2012	2011
Diferenças temporárias		
Provisão para participação nos lucros	3.528	4.263
Contingências fiscais	93	110
Contingências trabalhistas	262	225
Provisão para honorários advocatícios	364	341
RTT	2.310	639
Outros	11	18
Total de créditos tributários - ativo	6.568	5.596

Demonstração do Resultado em 31 de Dezembro

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Segundo semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011	2012	2011
Receitas da intermediação financeira	14.357	30.707	35.438	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	14.353	30.711	35.440	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	4	(4)	(2)	
Resultado bruto da intermediação financeira	14.357	30.707	35.438	
Outras receitas (despesas) operacionais	33.813	71.297	65.215	
Receitas de prestação de serviços (Nota 10)	55.139	113.722	105.525	
Despesas de pessoal	(14.189)	(27.399)	(27.757)	
Outras despesas administrativas (Nota 15 a)	(1.737)	(3.405)	(3.921)	
Despesas tributárias	(4.304)	(8.969)	(8.551)	
Outras receitas operacionais	488	965	3.156	
Outras despesas operacionais (Nota 15 b)	(1.584)	(3.617)	(3.237)	
Resultado operacional	48.170	102.004	100.653	
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	48.170	102.004	100.653	
Imposto de renda e contribuição social (Nota 11)	(19.339)	(40.837)	(40.325)	
Provisão para imposto de renda	(13.480)	(26.123)	(26.017)	
Provisão para contribuição social	(8.095)	(15.686)	(15.634)	
Ativo fiscal diferido	2.236	972	1.326	
Lucro líquido do semestre/exercício	28.831	61.167	<	